

SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO INTERIORIZANDO A AGENDA MROSC BA

Por Coordenação Plataforma MROSC Bahia

A plataforma MROSC Bahia recebeu o apoio do Fundo OSC, através do Edital 006/2021 de chamada a projetos de fortalecimento das OSC brasileiras e do seu ambiente jurídico, político e institucional, para executar o projeto Interiorizando a agenda MROSC Bahia, sendo a gestão foi realizada pela OSC signatária Instituto Vida por Vida, a proposta foi a realização de 3 (três) caravanas nos seguintes territórios: Sisal, Bacia do Jacuípe e Itaparica e Semiárido Nordeste 2 e 1 (um) seminário estadual, contamos com o apoio das coordenadoras do CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial dos respectivos territórios, no processo de articulação e mobilização das organizações locais, para além disso tivemos o apoio institucional do CONFOCO – Conselho de Fomento e Colaboração.

No dia 31/05 realizamos a primeira Caravana do território SISAL, para receber os participantes foi realizado um momento musical e em seguida, tivemos uma mesa de abertura com a presença de **Celia Firmo**, que é conselheira do CONFOCO falou um pouco sobre o panorama territorial, em seguida **Kelly Costa**, que é a Coordenadora Executiva de Articulação Social / SERIN e conselheira, falou sobre o papel do CONFOCO. *“Reforça que as caravanas trazem a agenda do MROSC em todas as suas dimensões e que foi desenhada uma nova forma de parceria e diálogo entre estado e sociedade civil”.*

Eliana Rolemberg, vice presidente do CONFOCO: *“Ressalta o quanto o território é relevante para todo o trabalho de agricultura familiar, etc; a realização de caravanas é uma oportunidade muito importante de uma conversa sobre o MROSC uma vez que muitas organizações não entenderam muito bem ainda o funcionamento e a razão mais profunda do Marco, que é a democratização da relação entre sociedade civil e o Estado; endossa a importância do CONFOCO, que foi criado para capilarizar e ajudar a interiorizar as questões do marco regulatório.*

Marinaldo Maciel, Coordenador do Território do SISAL, *“dizer que participar, dialogar e discutir o MROSC nessa caravana no território é importante para todos os territórios e contribui com o fortalecimento das OSC. Isso por conta da retirada de direitos e de recursos que contribuem com o fortalecimento da base, que são as OSC’s. Mas, ainda sim, precisamos fortalecer aqueles que continuam sua atuação e ajudar aquelas que estão com mais dificuldades.”*

“Uma das dificuldades é na formalização das OSC, muito por conta dos documentos desatualizados e legalizados. Foi criado um modelo através da secretaria de agricultura, uma lei para oferecer assistência as instituições, afim de garantir o registro civil das organizações, além de atendimento jurídico e de contabilidade.”

Na primeira mesa, Eliana Rolemberg, trouxe uma Linha do tempo da lei 13.019, a constituição da Plataforma MROSC BA *“o MROSC é uma luta política que a sociedade civil realizou e vem realizando uma parte de todo um contexto desfavorável às organizações da sociedade civil como a CPI das ONG’S e da terra, e nós tínhamos uma insegurança jurídica muito grande”.* Menciona também sobre *“A plataforma MROSC foi criada por um grupo de organizações nacionais em busca de uma nova relação com o estado baseada na nova legislação e pretendia nortear as organizações da sociedade civil no âmbito deste marco regulatório para consolidar a democracia”.* E entre outros assuntos, Eliana, traz o número de plataformas estaduais

existentes, até a presente data são 10. Comenta sobre as dificuldades das secretarias entenderem que o MROSC veio para qualificar as relações entre sociedade civil e estado. Um outro ponto complicador é quando querem manter alguns itens da lei 8.666, solicitando uma série de exigências. Ressalta que já existe um plano de capacitação para OSC e agentes públicos e por fim fala sobre o movimento que está sendo realizado para transformar o decreto em lei estadual.

Na segunda mesa dialogamos sobre tema sobre Sustentabilidade e das Certificações/titulações que foi ministrada por **Nailton Cazumba**, que é contador e consultor especialista no terceiro setor, o mesmo menciona que *“é importante que as organizações mantenham seu estatuto atualizado; cumpra as obrigações estatutárias (aprovação e contas, reuniões, etc); ter os registros legais, fazer a comprovação de uso da natureza jurídica; precisam estar inscritas em conselhos de políticas públicas; ficar atenta e sempre buscar as garantias legais para gozar de imunidade e isenção; evitar a precarização das relações de trabalho; precisa cumprir as obrigações contábeis, reforça que a contabilidade é pré-requisito para quase tudo; e ao final prestar contas de tudo que receber”*.

“Sobre titulações as OSC poderão celebrar parcerias com o poder público cumprindo os requisitos desta lei sem necessidade de titulações; OSCIP, OS, CEBAS, Utilidades pública;”. Ele menciona outros tipos de contratualização que o estado vem executando, através das OSCIP e OS.

Na terceira mesa, contamos com a participação de **Lucas Seara**, coordenador do OSC LEGAL Instituto, que iniciou sua fala dizendo: *“A regra geral é que toda parceria entre Estado e OSC siga o marco regulatório”*. A partir daí destacou outro ponto importante, quando a *“Lei nº 13.019/2014 prevê que o estado forneça as OSC um manual simplificado de como proceder na execução e na prestação de contas, por exemplo; entretanto, a Lei geral não indica quem irá fazê-lo dentro da estrutura do ente público (procuradoria? Casa civil?); assim demanda-se por uma regulamentação, no sentido de apontar prazos e competências, ou seja, quem vai fazer o que e qual o tempo para as respostas e procedimentos”*.

Segundo o convidado, atualmente, temos 18 Estados com regulamentos, além do Distrito Federal. Além disso, pelo levantamento do OSC LEGAL, são 625 municípios brasileiros que contam com regulamentos, sendo 40 destes no estado da Bahia. Finaliza ressaltando que: *“Ainda há arbítrios que fogem a legislação e muitos procedimentos “herdados” do tempo dos genéricos convênios, que eram instrumentos inadequados”*.

Dificuldades: *“Os cartórios que não tem procedimentos padrão e desconhecem a legislação (assembleias virtuais, por exemplo), desconhecimento da realidade das organizações e não reconhecimento da autonomia destas para definir seus formatos; registro online e CNPJ já saem na mesma hora em alguns estados em relação aos cartórios, deve-se avançar”*. Frisa, *“Que é importante entender que há coisas a serem construídas ainda como revogar resolução do TCE que ainda pede documentos originais das entidades na prestação de contas”*.

Nessa caravana, contamos com a participação de 18 OSC do território, além de 3 órgãos público, em relação ao perfil dos participantes 4 homens e 26 mulheres.

Relação dos participantes

APAEB Araci

Associação Beneficente de Jurema
Associação Comunitária de Povoado de Pombal Teofilândia
Associação Comunitária dos Moradores de Vila Nova, Vila do Alto, Bebedouro, Bomboril e Olhos Dágus
Associação Comunitária dos Trabalhadores Povoado Dezenove
Associação Comunitária Nova Esperança
Associação Comunitária Quilombola das Vilas Unidas
Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Lagoa Ferrada
Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Lagoa do Canto
Associações Comunitária Bastianense
ATRCLC
COOPAGRI
Fundação APAEB
IRPAA
Instituto Vida Por Vida
MMTR
MOC - Movimento de Organização Comunitária
União das Associações de Monte Santo Ba
OSC Legal
FórumLGBT
CESE

Órgãos públicos

SEC MUN ASSISTENCIA SOCIAL
Coordenação Indígena (poder público)

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
- SISAL
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**31
DE MAIO**
14:00h às 17:30h

São encontros formativos sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e têm como objetivo levar aos municípios do interior do Estado. Informações e orientações sobre a agenda MROSC e a implementação da Lei nº 13.019/2014 e decreto Estadual nº 17.091/2016.

link para inscrição: no texto anexo

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
- SISAL
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**31
DE MAIO**
14:00h às 17:30h

Vem com a gente
nesse bonde

CONFIRMADA

Eliana Rollemberg
Vice - Presidenta do CONFOCO

CONFIRMADO

Ademar Lopes
Presidente do CONFOCO

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
- SISAL
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**31
DE MAIO**
14:00h às 17:30h

Vem com a gente
nesse bonde

CONFIRMADA



Kelly Costa
Coord. Executiva de Articulação
Social /SERIN

CONFIRMADO



Nailton Cazumbá
Contador e Consultor Especialista no
Terceiro Setor

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
- SISAL
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**31
DE MAIO**
14:00h às 17:30h

Vem com a gente
nesse bonde

CONFIRMADA



Célia Firmo
Conselheira do CONFOCO

CONFIRMADO



Lucas Seara
Coord. da OSC Legal

No dia 07/07, foi o momento da Caravana do Bacia do Jacuípe, iniciamos com os boas vindas através da exibição do cordel do MROSC (<https://www.youtube.com/watch?v=ZzuKcMn6j1M>), Em seguida, Rosa conduziu a mesa de boas-vindas aos participante, iniciando por Eliana Rolemberg, *“É uma alegria a realização da segunda caravana. Endossa a relação da plataforma com o CONFOCO, que atualmente estamos ocupando a vice presidência, sempre com o objetivo de manter uma relação muito próxima entre sociedade civil e poder público. Informa que veio seminário nacional que foi realizado no congresso nacional, que foi para discutir o papel do parlamento no fortalecimento das OSC e na ampliação da participação social. O estado da Bahia é o único que conseguiu estabelecer o Conselho de Fomento e Colaboração (CONFOCO), o qual tem a previsão na Lei 13019/2014 e consta no Decreto Estadual nº 17.091/16, que contribui com a implementação do MROSC e contribuir com o processo de sustentabilidade das OSC. Até o presente momento não há outro estado que possui o conselho, é importante registrar que o único município que possui o CONFOCO é o de Belo Horizonte. Ela reforça que o esse espaço é importante para que as organizações e estado possam estabelecer uma melhor relação de parcerias e manter a política de participação social”*

Ela reafirma *“A importância da realização da caravana no território como forma de descentralizar o debate para os interiores e que precisamos romper com a política de convênios para que surja uma política de parcerias diferenciadas que é apropriada de relações do estado com a sociedade civil. Conclama que o território ajude a garantir os espaços democráticos e os espaços já conquistados na democratização das relações entre Estado e sociedade civil”*.

Em seguida, **Celia Firmo**, é conselheira do CONFOCO abre saudando as entidades do território e agradecendo aos companheiros da Rede Pintadas, CESOL, vereadora Joilma, aproveitando para apontar a necessidade de que o debate da parceria entre as organizações da sociedade civil e estado se municipalize, e que nosso esperançar de melhorar a qualidade de vida dos públicos

A representante **Solange Jesus**, Coordenadora do CESOL / Bom Jesus da Lapa – Rede Pintadas, fala sobre os desafios que o território e a importância de pensarmos que muitas vezes as organizações estão sob a regência da Lei, sem se dar conta disso e das especificidades que ela traz para parceria. Faz menção ao cordel por chamar tão bem a atenção sobre a necessidade de

uma boa gestão financeira dos recursos das parcerias. Fala sobre o CESOL e da rede Pintadas que está assessorando vários empreendimentos de economia solidária no território; acompanhar e participar da Plataforma MROSC permitirá ampliar o conhecimento e serem multiplicadores para outros segmentos que puderam estar presente, ressalta que muitas vezes o debate sobre o MROSC fica muito distante das associações do território; fala da importância de propagar mais o conhecimento do MROSC. Deseja a todos um bom evento e agradece que a Caravana está sendo realizada no território.

Na primeira mesa contamos com a presença de **Candice Araújo** que é Contadora, Assessora do ELO, Conselheira do CONFOCO e do projeto nacional junto a UE para fortalecimento do processo de regionalização do MROSC convida a todos a se aproximarem da Plataforma e do CONFOCO. Síntese da Linha do Tempo da Plataforma criada em 2010 foi criado um grupo paritário de OSC, representantes de Ministérios, consultores, etc;

A agenda de implementação está sendo mais difícil do que o processos de formular e aprovar a lei, pois ainda existem desafios:

- A lei traz a responsabilização do servidor público no processo de monitoramento e avaliação e esta etapa requer o saneamento de problemas, para que não apareçam apenas na avaliação;
- É opcional da organização abrir uma conta em banco privado, no entanto a conta, pela lei deveria ser aberta em banco público com isenção de tarifas bancárias, mas as organizações parceiras do Estado com contas em bancos públicos não tem conseguido a isenção, há uma campanha inclusive feita pela Plataforma e CONFOCO para exigir esta isenção de tarifas;
- Outro grande desafio é a aprovação da lei sobre o MROSC que garanta a existência do CONFOCO.

No campo das estratégias ressalta:

1. Garantir a participação das signatárias MROSC da Bahia na agenda nacional da Plataforma;
2. Motivar o intercâmbio entre outras Plataformas (BSB, Recife, Acre, Belo Horizonte)
3. Conhecer o site da Plataforma para acompanhar e melhorar as articulações entre as organizações da sociedade civil;
4. Fomentar o diálogo com parlamentares, MPE, OAB, universidades, etc
5. Audiências públicas para divulgar a minuta do projeto de lei
6. Apoiar o processo de interiorização do marco regulatório
7. Ampliar a participação de organizações na plataforma tornando-se signatárias.

Na segunda mesa, **Lucas Seara**, advogado e coordenador do OSC LEGAL Instituto, que destacou alguns pontos para se adequar ao MROSC, numa apresentação apelidada de “A peleja do MROSC”. Começou por deixar claro que o MROSC não é a Lei nº 13.019/2014, na medida em que a chamada Lei das Parcerias é parte do MROSC, mas não seu todo. A Lei das Parcerias 13.019/2014, que regulamenta a relação da administração com as OSC de maneira mais geral, demanda sua regulamentação pelos entes federados.

Em seguida, traz a criação do decreto federal que vai detalhar os procedimentos através do decreto 8.726/2016. Pois, quando não há decreto estadual, as OSC devem ser norteadas por esse instrumento. No caso da Bahia, tem o Decreto nº 17.091/2016.

Apresentou algumas dicas para as organizações, tais como as definições importantes: Parcerias, Atividades, Projeto e Dirigente. Esclareceu quanto aos requisitos para contratualização com a

administração pública, relacionada a tempo de existência, experiência prévia na execução da atividade, estrutura/instalações para execução, instrumentos de parceria: relatórios, publicações, prêmios, currículos, declarações emitidas por outras OSCs.

Para além disso, as OSC devem apresentar sua regularidade fiscal, estatuto atualizado, ata de eleição atualizada, relação nominal dos dirigentes e endereço. Faz menção ao art. 33 da lei 13.019/2014, que fala sobre o estatuto, que pode ajudar ou impedir as futuras parcerias com o poder público.

Em seguida, **Fatima Rocha**, é Contadora Especialista em Gestão do Terceiro Setor e Gestora da OSC Instituto Vida por Vida, traz o tema “O estatuto da sua entidade está alinhado às novas exigências trazidas pelo MROSC”. Ela inicia “dizendo que o estatuto é regido pelo Código Civil, é importante analisar o documento está adequado a lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pois tem muitos estatutos que não foram ajustando a legislação atual”. Ela traz um organograma sobre os setores, sendo Governo, Empresas com fins lucrativos e Entidades sem fins lucrativos, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro setor. Apresenta a definição sobre organizações do terceiro setor, Fatima reforça sobre a importância de reformular o estatuto e para ficar claro os 3 pontos citados por Lucas na sua apresentação traz devem ser incluídos.

- 1) Entre os seus objetivos a “promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social”. (inciso I do artigo 33, Lei 13.019);
- 2) Que em "caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;" (inciso III do artigo 33, Lei 13.019);
- 3) Que a organização manterá “escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade". (inciso IV do artigo 33, Lei 13.019).

Neste link, pode ser acessado o Modelo de estatuto com embasamento legal:

<http://www.confoco.serin.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Cadernos-MROSC-BA-Estatutos-de-Associa%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Nessa caravana, contamos com a participação de 26 OSC do território, além de 1 órgão público, em relação ao perfil dos participantes 15 homens e 20 mulheres.

Relação dos participantes

ADESBA/CESOL PDM
Associação comunitária de Lagoa do João Ferreira
Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo
Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas-Rede Pintadas
Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
Associação Licuri
Associado da Associação dos Servidores do INEMA e da SEMA-ASCRA
Central de Associações Agropastoril
CESOL Piemonte da Diamantina e Municípios
Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Jacuípe/ ADT/SEPLAN
COOPERAF
Cooperativa Ser do Sertão
ELO - Ligação e Organização

FÓRUM BAIANO LGBT
Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia-FATRES
Gapa Bahia
Instituto Vida Por Vida
IRPAA
MOC
Rede Pintadas - CESOL BJ
SINTRAAF - PÉ DE SERRA
STTR de Baixa Grande
UNAVAR
União das Associações de Várzea da Roça – UNAVAR
CESE
Fórum LGBT

Prefeitura Municipal de Baixa Grande

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
-BACIA DO JACUÍPE
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**07
DE JULHO**
14:30h às 17:30h

São encontros formativos sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e têm como objetivo levar aos municípios do interior do Estado. Informações e orientações sobre a agenda MROSC e a implementação da Lei nº 13.019/2014 e decreto Estadual nº 17.091/2016.

link para inscrição: no texto anexo







Financiado pela União Europeia

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
-BACIA DO JACUÍPE
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**07
DE JULHO**
14:30h às 17:30h

Vem com a gente nesse bonde

Confirmados



Lucas Seara
Advogado
Coord. da OSC Legal



Fátima Rocha
Contadora Especialista em
Gestão do Terceiro setor
Gestora do
Instituto Vida Por Vida



Candice Araújo
Contadora
Assessora da Elo
Conselheira
CONFOCO

**CARAVANA
TERRITORIAL MROSC
-BACIA DO JACUÍPE
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC**

**07
DE JULHO**
14:30h às 17:30h

Vem com a gente nesse bonde

Confirmados



Célia Firmo
MOC
Conselheira do
CONFOCO



Solange Jesus
Coordenadora do
CESOL | BJ
Rede Pintadas



Ademar Lopes
Presidente do
CONFOCO

No dia 09/08, Visitamos virtualmente, o território de Itaparica e Semiárido Nordeste 2, iniciamos com os boas vindas através da exibição do cordel do MROSC (<https://www.youtube.com/watch?v=ZzuKcMn6j1M>), na mesa de abertura contamos com a presença de **Célia Firmo**, é conselheira do CONFOCO na mediação desse momento. Chamando a atenção da sociedade civil e do poder público de como pode as OSC, sindicatos, prefeituras, o que devem observar dentro das suas responsabilidades para contribuir com a implementação do da Lei 13019. Ela ressalta a participação de outros territórios e também abre espaço que as caravanas possam ser realizadas, já que é uma ação permanente da Plataforma MROSC Bahia.

Em seguida, **Kelly Costa**, é Coordenadora Executiva de Articulação Social/SERIN e também conselheira do CONFOCO, *“A Caravana é uma estratégia de disseminação do marco regulatório das organizações da sociedade civil, trazendo de forma mais ampla a agenda MROSC. Queria dá o testemunho da importância de estabelecer o dialogo da sociedade civil a administração pública”*. Fala do papel que a sociedade civil teve no processo de estabelecer o diálogo no intuito de implementação da legislação 13019 que é a parte de contratualização. Para além disso, a criação do CONFOCO que é o primeiro estabelecido no país, a nível estadual. Ele ressalta o papel importante nesse processo de mudança de paradigmas e faz menção ao site do conselho (<http://www.confoco.serin.ba.gov.br>), como fonte de registros que foram realizados nesses últimos 6 anos (2015).

Logo depois, **Eliana Rolemberg**, **Vice presidente do CONFOCO**, ressalta a importância de estarmos juntos na realização de mais uma caravana. Ela traz uma linha do tempo, trazendo a implementação da Plataforma e do Conselho de Fomento e Colaboração.

O primeiro ponto que Eliana traz, é justamente o contexto dos anos 2000, muito por conta do contexto nacional desfavorável a sociedade civil, criminalização das OSC, insegurança jurídica e

ausência de regras claras em relação às parcerias, juntando com a falta de legislação específica sobre o tema e a redução das fontes de financiamento.

Em 2010, houve uma mobilização de OSC nacionais em prol a elaboração do marco regulatório de acesso a recursos públicos. Com o principal objetivo, fortalecimento das organizações por meio de uma construção coletiva e participativa, que incentivasse e favorecesse as entidades nos processos de construção da democracia e do desenvolvimento sustentável.

Com o surgimento da plataforma, entendeu que era importante estabelecer 5 (cinco) princípios (vide site da plataforma: <https://plataformaosc.org.br/>). Com a chegada das eleições presidenciais de 2010, a plataforma apresentou uma carta compromisso aos presidentes apresentando os princípios da plataforma e solicitando prioridade na tratativa desse tema. Após as eleições (2011) foi criado um GT coordenado pela SGPR composto por órgãos do governo e sociedade civil e em 2012 foi elaborado o anteprojeto de lei que só foi concluindo em até a aprovação em 2014 e emendas em 2015.

Alguns pontos que foram considerados Eliana é sobre o processo de contratualização através do chamamento público obrigatório, outro ponto é sobre a prestação de contas que deve ser voltando ao cumprimento do objeto e depois a parte orçamentária, caso seja identificado algum ponto que precisar ser revisto e além de estabelecer a possibilidade de trabalhar em rede.

Em seguida, ela traz informações sobre a atuação da plataforma Bahia, tais como:

- O pioneirismo no processo de estadualização;
- Articulação com a plataforma nacional;
- Participação do GT
- Interlocução com senadores/as e deputados/as e suas assessorias;
- Participação no GT paritário que elaborou a minuta do decreto estadual;
- Articulação com a UFBA, para aprovação do projeto Ponto de Gestão MROSC com o apoio do governo do estado em 2016;
- Defesa e apoio à criação do CONFOCO;

Eliana ressalta nesse ponto do CONFOC que está previsto na legislação, mas muitos estados ainda não conseguiram constituir. Assim como no município de Salvador, que tem uma legislação própria, mas não empossou o conselho.

A plataforma precisa de adesões e mais importante do que esse processo é a participação no processo de fortalecimento do papel da sociedade civil. E endossa com alguns desafios:

- Falta de conhecimento da agenda MROSC e da lei 13.019 por parte dos órgãos públicos;
- Dificuldade no momento de dispensa de chamamento público;
- Editais complexos e/ou excesso de exigências burocráticas;
- Hábito da 8666 / priorização de contratos OS / Contratos de gestão;
- Resistência à priorização dos resultados na prestação de contas;
- Relação com os órgãos de controle;
- Exigência de UP;
- Cobrança de tarifas bancárias;
- Colocar em prática o Plano Estadual de Formação e Capacitação com paridade sociedade civil e governo em todo o processo;
- Necessidade de sustentabilidade legal ao CONFOCO-Ba.

Em seguida, traz as estratégias para o fortalecimento da Plataforma

- ✓ Conhecer as OSC baianas e identificar as que são signatárias;
- ✓ Participação dos encontros e seminários nacionais;
- ✓ Participação das plenárias estaduais;
- ✓ Atuação conjunta Plataforma MROSC e CONFOCO para enfrentar os desafios;
- ✓ Dialogo com os parlamentares, universidades, defensorias, MP e OAB;
- ✓ Realizar audiência pública sobre a proposta de Lei;
- ✓ Apoiar os processos de interiorização da Plataforma Nacional: Caravanas, Colegiados Territoriais;
- ✓ Reunião com outros conselhos de direito;
- ✓ Sensibilizar as secretarias que trabalham com organizações pequenas a priorizar editais de fomento para povos tradicionais e/ou demandas específicas locais;
- ✓ Dialogo mais regular dos atores envolvidos: sociedade civil, secretarias e órgãos de controle.

A representante **Valda Aroucha, Coordenadora do território Itaparica**, fala sobre a importância da ABONG, especialmente na atual conjuntura do país, para a sustentabilidade das OSC. A plataforma e o CONFOCO trazendo a interiorização do MROSC, sabendo que O MROSC foi um avanço, claro que poderia ser melhor, mas foi o que nós conseguimos, com bastante participação. A ideia de interiorizar é importante, porque tem muitas associações, que não percebem a importância de participar desses colegiados. A plataforma vem tentando trazer mais conhecimento em relação ao que muitas vezes pagamos, e que muitas vezes não precisa pagar, exemplo: taxa bancária, 15% que colocam que as OSC podem incluir como taxa de administração. Esses são avanços que são vistos através do que Eliana traz que é a contratualização e outro ponto é sobre a certificação, existe hoje projetos que tramitam onde as organizações precisam ser certificadas em plataformas que não estão compatíveis com as OSC. Um outro item, importante é sobre a sustentabilidade, pois estamos vendo recursos internacionais saindo do Brasil, onde esses recursos que possibilitavam a sustentabilidade institucional e igualmente importante é o processo de transparência para legitimar cada vez mais a nossa importância de estamos sendo participes com os governos nas 3 esferas na realização de projetos. E conclama a maior participação de toda a interação com a Plataforma, sabendo das dificuldades das organizações.

E para fechar, temos a participação de **Fatima Rocha**, é Contadora Especialista em Gestão do Terceiro Setor e Gestora da OSC Instituto Vida por Vida. Traz o tema "O estatuto da sua entidade está alinhado às novas exigências trazidas pelo MROSC". Perfazendo alguns pontos do MROSC que iram contribuir com as futuras parcerias com as 3 esferas de governo. Um deles é sobre o papel importante da contabilidade, onde o marco, traz uma importância no processo organizacional das OSC.

CARAVANA TERRITORIAL
MROSC - ITAPARICA e
Semiárido Nordeste 2
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC

09
DE AGOSTO
 14:00h às 17:00

Vem com a gente nesse bonde

Confirmadas



Célia Firmo
 MOC
 Conselheira do
 CONFOCO



Valda Aroucha
 Coordenadora do
 Território Itaparica



Kelly Costa
 Coord. Executiva de Articulação
 Social /SERIN

CARAVANA TERRITORIAL
MROSC - ITAPARICA e
Semiárido Nordeste 2
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC

09
DE AGOSTO
 14:00h às 17:00

Vem com a gente nesse bonde

Confirmadas



Eliana Rollemberg
 Vice Presidente do CONFOCO



Fátima Rocha
 Contadora Especialista em
 Gestão do Terceiro setor
 Gestora do
 Instituto Vida Por Vida

Seminário “Interiorizando a Agenda MROSC na Bahia”, iniciamos com apresentação do Cordel do MROSC (<https://www.youtube.com/watch?v=ZzuKcMn6j1M>),

Kelly Costa, é Coordenadora Executiva de Articulação Social/SERIN e conselheira, falou sobre a expectativa de ver os resultados da pesquisa realizada pelo projeto, o qual oferecerá insumos importantes para a reflexão do Conselho.

Debora Rodrigues, representante da Associação Brasileira da Organizações Não Governamentais/ABONG, traz a importância da interiorização da agenda MROSC para os municípios. Temos grandes desafios, no processo de interiorização da plataforma, pois perpassa pela sobrevivência das OSC, com a ausência de editais dos governos e outras formas de captação de recursos. Especialmente, nesse momento de tantas ameaças a democracia, precisamos ter atenção ao momento político, pois é importante pensarmos em quem estamos “dando” nosso voto.

Na segunda mesa, convidamos **Candice Araújo**, que é Contadora, Assessora do ELO, Conselheira do CONFOCO e do projeto nacional junto a UE para fortalecimento do processo de regionalização do MROSC convida a todos a se aproximarem da Plataforma e do CONFOCO.

Ela traz o tema “Plataforma por um novo marco regulatório das organizações da sociedade civil” informando que “**articulação** de organizações sem fins lucrativos e de interesse público, que tem por objetivo de **aprimorar o ambiente social e legal de atuação das organizações**, cuja rede indireta alcança mais de 50 mil organizações e trazendo cada vez mais organizações para o **debate sobre o ambiente regulatório e institucional das organizações da sociedade civil no Brasil**”



Figura 1 - Organograma da Plataforma Nacional

Nos Grupo de Trabalho, tem a função de acompanhar as atividades da Plataforma, atualmente são:

- Interiorização e Formação
- Tributário

É importante deixar claro que esses gts são compostos por OSC.

E algumas consultorias, que assumem funções

- Política – Que tem a responsabilidade de Eliana Rollemberg, que representa a CESE
- Jurídica – Que tem a responsabilidade de Lais Lopes

Candice, traz o significado de ser signatária, que são Organizações da Sociedade Civil que atuam para o interesse público, Movimentos Sociais e Coletivos, Fóruns, Redes e Articulações de Organizações da Sociedade Civil, que aderem às 5 reivindicações básicas da Plataforma MROSC. Reforça que as esse público deve fazer a adesão no site da plataforma nacional, mas antes disso, é crucial fazer a leitura das principais reivindicações, que norteiam a atuação da plataforma.

Em seguida, traz a agenda 2022, onde já identifica o encontro regional Nordeste, que será realizado no Ceará. A reunião da plataforma, já com data definida para o dia 05/10 às 14hs e a reunião do CONFOCO no dia 06/10 às 15:00.

Eliana, faz duas considerações sobre o seminário realizado congresso nacional em Brasília e ressalta a participação dos movimentos, pois no início dos trabalhos da plataforma estava presente.

Seguindo a programação, Isadora Salomão, que é Consultora responsável pela Pesquisa Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social, Relatora Nacional de Direitos Humanos Plataforma DHESCA, o material da pesquisa está disponível através do email com a plataforma: mroscba@gmail.com.

Isadora, faz uma consideração sobre a quantidade de respostas, pois o número foi baixo, tendo em vista ao total de signatárias vinculadas a plataforma e pede que os participantes, também contribuam com o processo de mobilização das OSC.

Nessa caravana, contamos com a participação de 35 OSC do território, além de 1 órgão público, em relação ao perfil dos participantes 13 homens e 23 mulheres.

IRPAA
A HORTPEIXE-Associação Agropecuária de Jovens Piscicultura e Horticultores Familiar do Município de Abaré e Curaçá-Bahia
Agappa/ projeto ecotilápia- território Itaparica
AGENDHA
ARCAS
Associação Comfuturo
ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA COMUNITÁRIA FAMILIA AGRICOLA DA REGIAO DE CICERO DANTAS - AECFARCIDA
Associação de beneficiamento de Caju de Campinas de Castro
Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
Associação Regional de Convivência apropriada ao Semiárido - ARCAS
Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA)
CESE
Fórum baiano LGBT
Instituto Vida Por Vida

SERIN

**SEMINÁRIO
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC
BAHIA**

30
DE AGOSTO
14hs às 17hs

É o momento de articulação das principais demandas das organizações nos territórios em diálogo com uma agenda do período pré e pós eleitoral.
Link na descrição

@nome da sua osc nas redes

**SEMINÁRIO
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC
BAHIA**

30
DE AGOSTO
14hs às 17hs

Eliana Rolemberg
Plataforma MROSC Bahia

Kelly Costa
Conselheira do
CONFOCO/SERIN

Leninha Alves
Coordenadora Estadual
dos Territórios

Debora Rodrigues
Conselheira do CONFOCO
Vida Brasil/ ABONG

**SEMINÁRIO
INTERIORIZANDO
A AGENDA MROSC
BAHIA**

30
DE AGOSTO
14hs às 17hs

Isadora Salomão
Consultora Responsável pela
Pesquisa
Relatora Nacional de Direitos
Humanos Plataforma DHESCA

Candice Araújo
Contadora
Assessora da Elo
Conselheira
CONFOCO

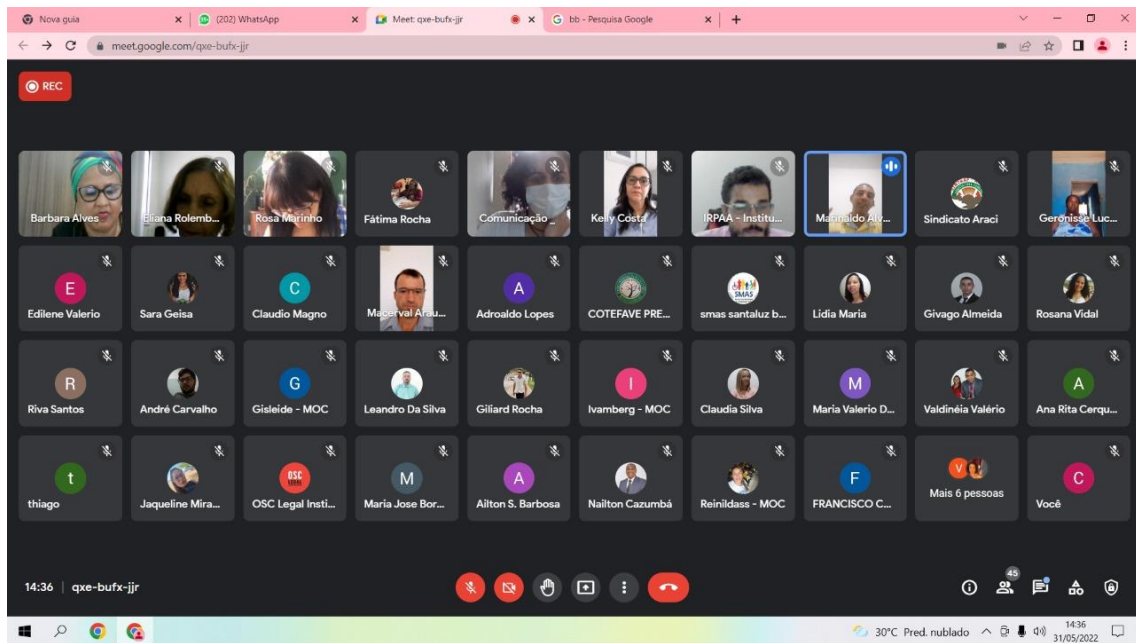
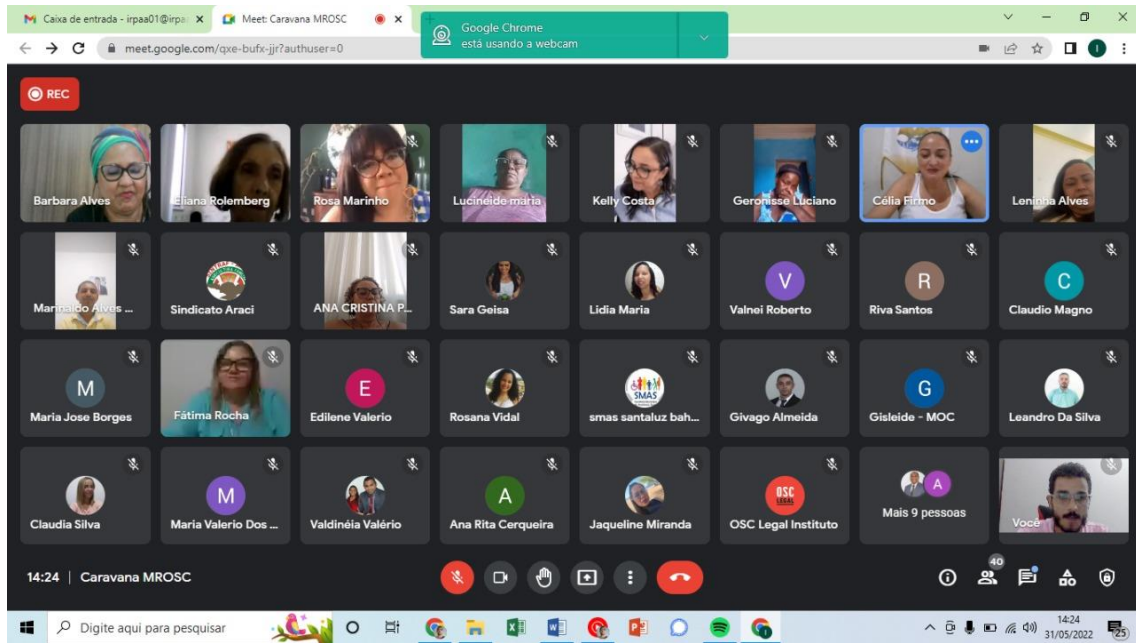


Figura 2 - Participantes das Caravanas

ATUAÇÃO PLATAFORMA MROSC-BA

- A BAHIA é pioneira no processo de estadualização
- Articulação com a Plataforma Nacional
- Interlocação com senadores/a e deputados/as federais baianos e suas assessorias;
- Interlocação com deputados/as estaduais e Secretarias de Estado
- Participação do GT paritário que elaborou a minuta do decreto estadual de regulamentação da Lei 13.019/2014, coordenado pela SERIN.
- Articulação com Universidade - Aprovação do Projeto Ponto de Gestão MROSC – PROEXT 2016:
- Defesa e apoio à criação do Confoco-BA (previsto no decreto de regulamentação)

Adroaldo Lopes saiu da reunião

esão de signatárias e sua participação nas reuniões, atividades gerais e comissões de trabalho.

PLATAFORMA MROSC BAHIA

Figura 3 - Kelly, falando sobre o CONFOCO

FLUXO DE ATIVIDADES EM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Necessidades e Demandas → Serviços e Defesa de Direitos → Sustentabilidade

Sociedade → Organizações do 3º Setor → Recursos

Organizações do 3º Setor → Pessoas

Recursos → Profissionaisização

Pessoas → Gestão

Gestão → Controle → Gestão

Gestão → Prestação de Contas → Transparência

Transparência → Sociedade

Público Interno: Associados, Conselho Fiscal, Beneficiários

Público Externo: Doadores, Financiadores, Governo

Governança, Conformidade, Integridade, Confiabilidade, e Credibilidade

Figura 4 - Nailton, falando sobre sustentabilidade

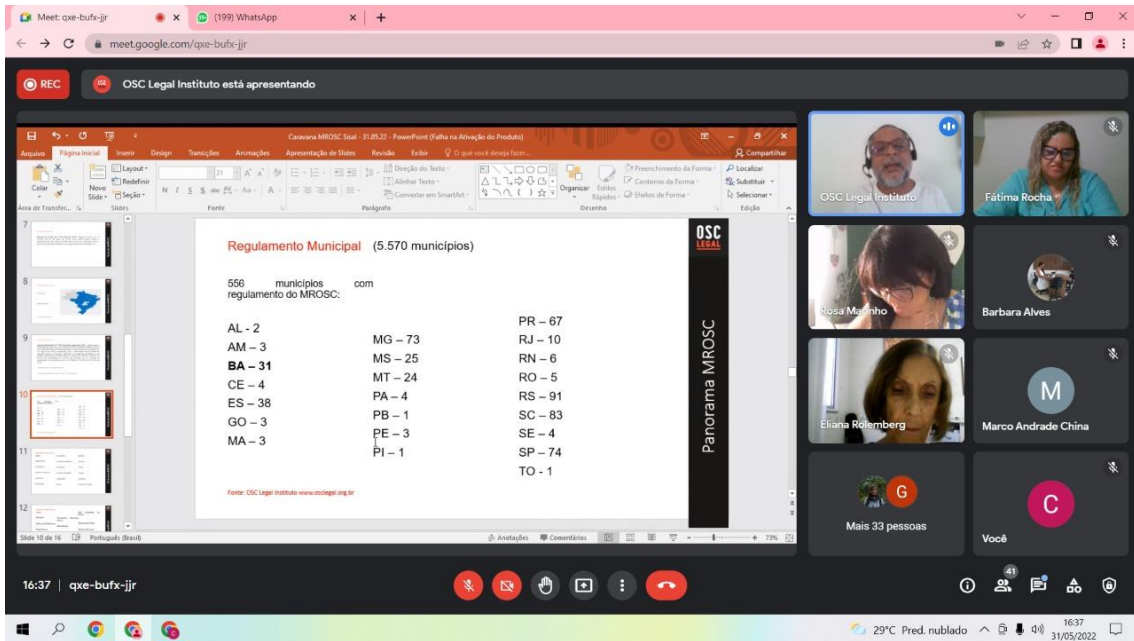


Figura 5 - Lucas, falando sobre a regulamentação nacional com destaque para a Bahia

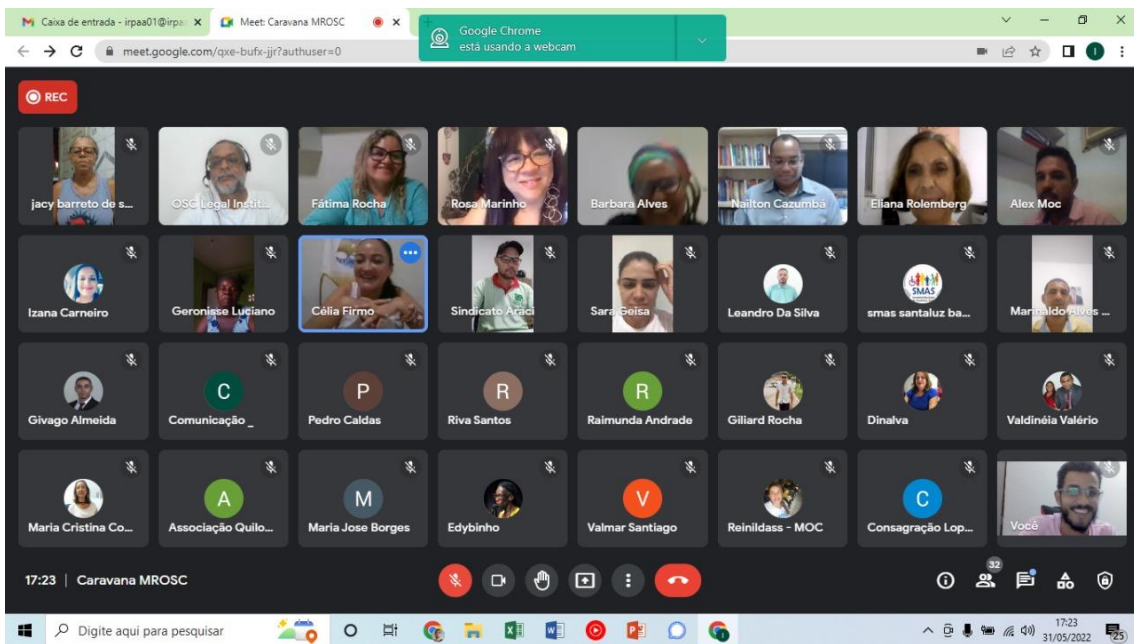


Figura 6 - Participantes da Caravana

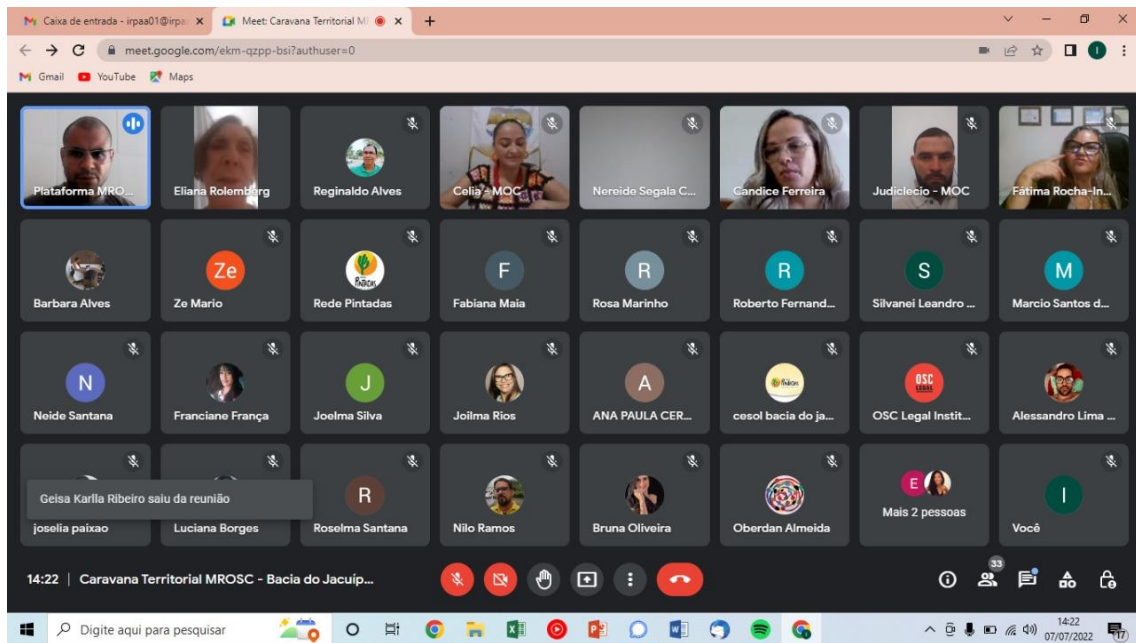


Figura 7 - Participantes da Caravana